

Análise do discurso das egressas do programa mulheres mil: avanços para a equidade no espaço doméstico?

Elizabete Corcetti^(*)
Maria das Dores Saraiva de Loreto^(**)
Neide Maria de Almeida Pinto^(***)
Amanda Leandro Conceição Licerio^(****)

Resumo

Este estudo visou verificar as repercussões do Programa Mulheres Mil na divisão do trabalho doméstico e do cuidado nas famílias das egressas do programa. Os resultados evidenciaram que o programa não contribui para a redução das desigualdades de gênero no espaço doméstico, pois reforça a formação das subjetividades femininas associadas à domesticidade.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico. Políticas Públicas. Gênero. Equidade.

Discourse analysis of egresses from the thousand women program: advances for equity in the domestic space?

Abstract

This study aimed to verify the repercussions of the Thousand Women Program in the division of domestic labor and care in the families of the program graduates. The results showed that the program does not contribute to the reduction of gender inequalities in the domestic space, since it reinforces the formation of female subjectivities associated with domesticity.

Keywords: Domestic Labor. Public Policy. Gender. Equity.

(*) É atualmente professora do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo e doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (MG). Tem experiência na área de Gestão de Pessoas, Empreendedorismo e Gestão Pública de Projetos e Programas. E-mail: tufortcc.elizabete@gmail.com.

(**) Mestrado e Doutorado em Economia Rural, pela Universidade Federal de Viçosa, além de Pós-doutorado em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph-Canadá. Professora Titular do Depto. De Economia Doméstica (DED). É membro da Comissão Pesquisa e Ensino do DED, além de fazer parte da Comissão de Seleção, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Iniciação Científica da UFV. E-mail: mdora@ufv.br.

(***) Mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com período sanduiche na França, no Institute d'Études Politiques de Paris. Pós-doutorado em Sociologia no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho em Portugal. Professora associada, vinculada ao Depto. De Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: nalmeidapinto@gmail.com.

(****) Graduada em Administração pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari. Possui habilitação profissional como Técnica em Administração e especialização Técnica em Gestão da Qualidade de Serviços. E-mail: amandaleandro@gmail.com.

Evidências empíricas revelam um aumento significativo do trabalho feminino, que atingiu mais de 40% da população ocupada no Brasil em 2013. Entretanto, esses estudos também apontam que, em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizaram afazeres domésticos e de cuidados. Esse panorama pouco se alterou nos últimos anos, considerando que, em 2004, este percentual era 91,3%, o que evidencia que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não implica uma substituição do trabalho e sim o seu acúmulo. Nesse panorama, a jornada masculina com afazeres domésticos se manteve em 10 horas semanais, em 2014, menos da metade da jornada feminina neste tipo de trabalho, que era de 21,2 horas. Com efeito, a jornada total de trabalho feminino, que, em 2004, era superior à jornada masculina em 4,1 horas semanais, em 2014, passou para 5 horas (IBGE, 2015).

Nesse sentido, as atividades das mulheres relacionadas ao trabalho remunerado e não remunerado ainda são marcadas pela manutenção da divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres ampliaram sua participação no mercado de trabalho trazendo consigo as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos e familiares, enfrentando uma tensão permanente na rotina diária, para equilibrar os afazeres domésticos com as atividades do trabalho remunerado (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Bruschini e Ricoldi (2009) observaram que, na maioria dos domicílios das mulheres participantes do seu estudo, havia uma tendência à separação de papéis masculinos e femininos, respectivamente relacionados aos espaços públicos e privados, como uma divisão fundamental. Esse fato se mantém, nos últimos anos, apesar de se evidenciar uma crescente participação masculina nos afazeres domésticos. Os estudos também demonstraram que a escolaridade é a variável que tem mais influência sobre o tempo gasto na atividade doméstica, para homens e mulheres, pois, quanto mais elevada, menor seria o número de horas gastas nos afazeres domésticos. Sorj (2004) ressalta que quanto menor o preparo e a qualificação da mulher, mais difícil é a negociação das tarefas domésticas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1977, ao reconhecer que as mulheres de países subdesenvolvidos desempenhavam um papel no desenvolvimento econômico, que envolvia produção e reprodução, demarcou um problema fundamental que permanece presente: a da relação entre casa e trabalho, do significado desses termos e da sua implicação para a prática do cuidado. O debate político contemporâneo, todavia, mantém a oposição entre “mãe” e trabalhadora, bem como entre “trabalho” e cuidado (BORIS, 2014). Quando se pensa em conciliação do trabalho doméstico, não se cogita uma conciliação entre homens e mulheres, mas de como as mulheres conciliam seus afazeres domésticos com seu trabalho remunerado (MACHADO, 2014).

Assim, por influência de organizações feministas, o Banco Mundial adotou uma estratégia de promoção da equidade de gênero no espaço doméstico e público, como premissa para a redução da pobreza (SORJ; GOMES, 2011). No Brasil, o governo desenvolveu esforços que foram intensificados pela criação, a partir de 2003, da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres (SPM). Esses compromissos também se materializaram nos Planos Nacionais de Políticas Para as Mulheres (2004, 2008 e 2013) e, ainda, através da política de expansão em curso das creches, por meio da ação “Brasil Carinhoso”, contribuindo para desonerar as mulheres das atividades domésticas e de cuidado (BANDEIRA; PRETURLAN, 2013).

Fundamentado nessa agenda, o Programa Mulheres Mil foi implementado, a partir do ano de 2005, como tentativa de o governo fomentar a maior equidade de gênero e superar dificuldades relacionadas à renda, à baixa escolaridade e à tripla jornada de trabalho de mulheres em risco de vulnerabilidade social. Este propõe que mulheres moradoras de comunidades integrantes dos territórios da cidadania e/ou comunidades com baixo índice de desenvolvimento urbano tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, economia solidária e empregabilidade (BRASIL, 2012).

Dentro da perspectiva, portanto, de análises dos efeitos dessas ações, esse artigo buscou responder a seguinte questão: as políticas públicas, com recorte de gênero, são fatores que exercem algum tipo de contribuição decisiva para a redução das desigualdades entre homens e mulheres no espaço doméstico? Para tanto, o objetivo desse artigo é analisar os valores, as crenças e os pressupostos das egressas do Programa Mulheres Mil, em termos de responsabilidades e partilha do trabalho doméstico e do cuidado, após sua entrada no mercado de trabalho.

1. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho optou pelo estudo de caso qualitativo, fazendo-se uso de pesquisa bibliográfica e de entrevistas focalizadas. Os dados foram analisados à luz de uma proposta transdisciplinar que dialoga com os princípios epistemológicos dos estudos discursivos críticos de Fairclough (2000, 2001, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), e da perspectiva de ideologia de gênero (COLTRANE, 1996; GAUNT, 2006; DAVIS, GREENSTEIN, 2009; EVERTSSON, 2014).

Adota-se essa perspectiva teórica, de análise do discurso, por entender-se que “o

discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Dessa forma, Fairclough (2001) distingue três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, seja na contribuição para a construção de “identidades sociais” e “posições de sujeito” para os “sujeitos” sociais e os tipos de “eu”, como também nos auxílios para a construção das relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimento e crenças.

Assim, sabendo-se que a análise de discurso crítica ocupa-se de efeitos ideológicos das instâncias do discurso, sua atenção é direcionada a sentidos que possam atuar a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, seja contribuindo para modificar ou sustentar, desigualmente, identidades, conhecimentos, crenças, atitudes e valores (RAMALHO e RESENDE, 2011).

O discurso é ideológico, portanto, na medida em que contribui para a manutenção de relações particulares de poder e dominação (FAIRCLOUGH, 2000), entendendo-se que, “as ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou transformações das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Para atingir os objetivos da pesquisa, a análise partiu da percepção do seguinte **problema social**: as atividades das mulheres, relacionadas ao trabalho remunerado e não remunerado, ainda são marcadas pela manutenção da divisão sexual do trabalho, já que as mulheres ampliaram sua participação no mercado de trabalho, trazendo consigo as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos e familiares, enfrentando uma tensão permanente na rotina diária, para equilibrar os afazeres domésticos com as atividades do trabalho remunerado (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Em seguida, verificaram-se quais são **os obstáculos** para que o problema seja superado ou se torne mais visível e quais as características permanentes no Programa Mulheres Mil que sustentam o problema observado (a rede de práticas), por meio de três focos de análise correlacionados: **análise da conjuntura, análise da prática particular e análise de discurso**.

Por fim, identificaram-se **maneiras para superar os obstáculos**, realizando-se uma **reflexão sobre a análise** e abordando algumas contribuições da pesquisa.

Configuração do corpus de análise

Neste trabalho, os dados foram coletados por meio dos seguintes procedimentos: (a) seleção do *corpus* de análise; (b) leitura crítica; (c) identificação dos trechos mais relevantes para o objetivo da análise.

O *corpus* de análise foi constituído por oito entrevistas com mulheres egressas do Programa Mulheres Mil no Espírito Santo, que estão no mercado de trabalho, no mês de setembro de 2016. As mulheres participantes das entrevistas foram escolhidas levando em consideração o seu estado civil, a empregabilidade e a acessibilidade, conforme quadro 1:

| Entrevistada | Cidade | Estado Civil | Profissão | Etnia |
|--------------|---------|--------------|---|--------|
| Egressa 1 | Piúma | Casada | Artesã | Branca |
| Egressa 2 | Piúma | Casada | Artesã | Parda |
| Egressa 3 | Vitória | Casada | Paneleira | Parda |
| Egressa 4 | Vitória | Casada | Paneleira | Parda |
| Egressa 5 | Ibatiba | Casada | Costureira | Branca |
| Egressa 6 | Ibatiba | Casada | Empreendedora (Loja de roupas) | Branca |
| Egressa 7 | Ibatiba | Casada | Empreendedora (Loja de roupas íntimas) | Parda |
| Egressa 8 | Guaçuí | Casada | Artesã | Branca |

QUADRO 1: Perfil das egressas do Programa Mulheres Mil no Espírito Santo

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

As entrevistas versaram sobre as seguintes questões: se a mulher é a principal responsável pelos afazeres domésticos e pelo cuidado na família; como a egressa percebe a atuação do homem e da mulher no espaço doméstico; razões pelas quais os homens não assumem os afazeres domésticos como parte da vida em família; e se a egressa pressupõe que a vida familiar é prejudicada quando a mulher também trabalha fora.

Categorias analíticas

As categorias utilizadas para a análise linguístico-discursiva foram:

- o sistema de transitividade (Como as mulheres e os homens são representados no espaço doméstico? Que tipos de processo – ação, evento, relacional, mental – são mais usados, e que fatores podem ser considerados em função disso?), e

- avaliação (Com que valores as entrevistadas se comprometem? Como os valores são realizados – como afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, afirmações com processo mentais efetivos, valores presumidos?).

2. Ideologia de gênero e a divisão do Trabalho Doméstico e do Cuidado nas Famílias

Nas últimas décadas, as mulheres brasileiras entraram maciçamente no mercado de trabalho, acumulando uma dupla jornada de trabalho. Observa-se que as mulheres que declaram realizar algum tipo de tarefa doméstica são mais numerosas e dedicam, em média, mais horas do que os homens a esse tipo de trabalho, independentemente do nível de instrução. Os homens participam cada vez mais do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos, entretanto, a quantidade de horas dedicadas por eles está diretamente relacionada à maior ou menor disponibilidade de tempo, considerando o trabalho produtivo que executam (MELO; CASTILHO, 2009; CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012, BRUCHINI; RICOLDI, 2012; BILAC, 2014).

Essa situação não é específica do Brasil, pois está presente tanto em países do Ocidente quanto em países do Oriente, onde existem versões modernas da divisão do trabalho tradicional (SILVA, 2012; SCHOUTEN; ARAÚJO, 2012; CARDOSO; FONTAINHA; MONFARDINI, 2010; TÉZLI; GAUTHIER, 2009; AKERLOF; KRANTON, 2010 *apud* ÁLVAREZ; TOYA, 2012; SARAFF; SRIVASTAVA, 2010; LEE, 2010).

Mesmo na Suécia, onde mulheres e homens são fortemente comprometidos com a noção de equidade de gênero no trabalho remunerado e não remunerado, ideais igualitários de gênero não parecem refletir plenamente na divisão do trabalho doméstico. Naquele país, os homens passam em média 9 horas por semana na compra de mantimentos, cozinhando, lavando a louça, limpando e lavando a roupa, enquanto as mulheres gastam 15 horas nas mesmas tarefas (EVERTSSON, 2014).

De acordo com Evertsson (2014), uma pressuposição implícita na maioria das pesquisas sobre a divisão do trabalho doméstico é a de que a maior parte das pessoas deseja minimizar o tempo gasto em afazeres domésticos. Por outro lado, Gaunt (2006) argumenta que diversos tipos de pontos de vista e atitudes influenciam diferentes aspectos do envolvimento no cuidado.

Assim, a abordagem da ideologia de gênero propõe que as normas de gênero influenciam as crenças dos pais sobre as tarefas que são apropriadas para homens e mulheres. Essas crenças determinam a divisão de responsabilidades de assistência à infância na família e

do trabalho doméstico (COLTRANE, 1996). Esta perspectiva sugere que as mulheres e homens, com atitudes tradicionais em relação ao sexo, atribuem tarefas ao longo das linhas tradicionais, de modo que o pai assume o papel de chefe de família e a mãe é responsável pelos cuidados da criança. Em contrapartida, casais com atitudes igualitárias alocam as tarefas de forma equitativa, o que leva a um maior envolvimento do pai no cuidado da criança (GAUNT, 2006).

Para Davis e Greenstein (2009), um dos tópicos comuns que atravessam essa perspectiva é que a ideologia de gênero muitas vezes funciona como uma lente através da qual muitos processos sociais e eventos são vistos, interpretados e vivenciados. Dadas as poderosas características organizacionais do gênero nas sociedades contemporâneas, a ideologia de gênero se tornou uma lente primordial através da qual mulheres e homens veem o mundo. Dessa forma, as decisões tomadas ao longo da vida são frequentemente guiadas pela maneira como acreditamos que as relações entre mulheres e homens devem ser.

Os mesmos autores argumentam que um dos efeitos da ideologia de gênero para o cuidado é que, em geral, os pais, com atitudes menos tradicionais em relação ao sexo, tendem a gastar mais tempo na assistência à infância e atividades relacionadas. Já, com relação aos efeitos da ideologia de gênero na divisão do trabalho doméstico, quase todos os estudos, durante os últimos 20 anos, defendem que a divisão do trabalho doméstico em casais heterossexuais, normalmente operacionalizada como a proporção de tarefas domésticas realizadas pela mulher, está relacionada à ideologia de gênero da mulher, à ideologia de gênero do homem, ou a ambas. Além disso, algumas pesquisas propõem que há uma interação entre as ideologias da mulher e do homem. Finalmente, a ideologia de gênero parece moderar os efeitos de alguns fatores sobre a divisão do trabalho doméstico.

Logo, a maioria dos estudos realizados em Taiwan, Alemanha, Israel, China, Canadá, Suécia, Grã-Bretanha e Estados Unidos evidenciou que os homens com ideologias de gênero menos tradicionais, com relação ao sexo, fazem uma maior parcela do trabalho doméstico e, dessa forma, a ideologia de gênero dos maridos pode ser um determinante mais forte das divisões domésticas do que a ideologia de gênero das esposas (DAVIS; GREENSTEIN, 2009; EVERTSSON, 2014).

Os mesmos autores perceberam que há evidências de que a ideologia de gênero está associada à percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico. As mulheres, com atitudes tradicionais com relação ao sexo, aceitam a noção de esferas separadas (com homens focando no trabalho remunerado e as mulheres no trabalho não remunerado) e não consideram injusta a divisão sexual do trabalho convencional, ao passo que as mulheres com atitudes não

tradicionais são mais susceptíveis a se oporem a uma divisão desigual dos trabalhos domésticos e tentam alterá-lo.

Evertsson (2014), por sua vez, encontrou uma relação significativa entre a ideologia de gênero e a divisão do trabalho doméstico e de cuidados infantis na Suécia. Segundo a pesquisadora, mulheres com uma ideologia igualitária de gênero gastam menos tempo nas tarefas domésticas do que outras mulheres. Os homens com uma ideologia igualitária de gênero, entretanto, passam mais tempo em tarefas domésticas do que outros homens.

Segundo aponta a mesma pesquisadora, apesar de a ideologia igualitária de gênero do homem reduzir significativamente o tempo que a mulher dispense em trabalhos domésticos, não existe uma relação significativa entre a ideologia de gênero da mulher e tempo que o homem gasta em tarefas domésticas. Assim, as mulheres com uma ideologia igualitária de gênero não parecem ser capazes de persuadir os seus maridos a aumentar o tempo gasto em tarefas domésticas. Dessa forma, a teoria destaca a importância de uma ideologia igualitária de gênero compartilhada para a realização de uma família igualitária.

Essas discussões têm influenciado o campo das políticas públicas. O Banco Mundial, influenciado por organizações feministas, adotou uma estratégia de promoção da equidade de gênero no espaço doméstico e público, como premissa para a redução da pobreza. Tal proposição gerou dados globais que vinculam uma relação positiva entre a maior equidade de gênero e o menor índice de pobreza. Todavia, a perspectiva que destaca as capacidades tradicionalmente associadas ao feminino e a perspectiva de equidade de gênero estão em disputa nas últimas décadas, pois, nesse caso, a valorização dos atributos femininos tradicionais é um capital disponibilizado a serviço dos programas de combate à pobreza e à vulnerabilidade social (SORJ; GOMES, 2011; JENSON, 2012).

Assim, o desenho de políticas sociais fundamenta-se na figura da “mãe trabalhadora” e não é voltado para os trabalhadores com responsabilidades familiares (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012). Por outro lado, Ruhm (2011) argumenta que qualquer mudança política destinada a aliviar as dificuldades em equilibrar as necessidades de trabalho e família será controversa, exigindo um esforço cuidadoso para pesar o custo e os benefícios de possíveis intervenções.

Observa-se que, no Brasil, apesar dos avanços legislativos nas políticas sociais, em termos das inovações dos PNPMs (Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres), e dos resultados positivos das políticas públicas de transferências de renda, as soluções para a articulação trabalho-família continuam a ser orientadas fundamentalmente por modos tradicionais e privados, sendo desempenhados emergentemente pelas mulheres. Existem

evoluções no apoio do Estado Brasileiro às funções familiares do cuidado. Esse apoio, porém, não contribuiu ainda para alterar a divisão sexual do trabalho no interior das famílias (BARTHOLO, 2009; BILAC, 2014).

Essas discussões colocam em questão a necessidade de se compreender o papel das políticas públicas nas identidades de gênero, ou seja, em que medida essas políticas são capazes de influenciar a redução das desigualdades entre os homens e as mulheres no espaço doméstico.

3. Análise e Discussão dos Resultados

O Programa Nacional “Mulheres Mil” é reconhecido como Política Pública afirmativa, de inclusão social e equidade e foi instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, integrando também o Plano Brasil Sem Miséria. Ele articula um conjunto de ações que busca consolidar as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O programa foi decorrente da cooperação internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento Para a Promoção da Equidade (PIPE) - sendo concebido e estruturado a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* Canadenses e em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e do desenvolvimento e aplicação do sistema de avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia. A primeira turma do programa foi desenvolvida no Estado do Rio Grande do Norte, em 2005, em caráter experimental.

A sua expansão foi iniciada em 2007, com ações focadas nas regiões norte e nordeste, totalizando 13 projetos-piloto que beneficiaram 1191 mulheres entre 2007 e 2010. Em 2013, esteve presente em 112 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica e beneficiou 10 mil brasileiras. A partir de agosto de 2013, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) passou a integrar o Programa Nacional Mulheres Mil e tinha a perspectiva de atingir 100 mil mulheres entre 2011 e 2014.

A política pública se estrutura em torno da metodologia de acesso, permanência e êxito, que se baseia na metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), desenvolvida no Canadá. Os serviços de acesso incluem ações de busca das alunas, composição da infraestrutura, ingresso e acolhimento. Para viabilizar o acesso das mulheres

ao programa, um escritório de acesso deverá ser estruturado e uma equipe multidisciplinar deverá ser montada e capacitada para o programa.

Dessa forma, algumas ferramentas são utilizadas para identificação do conhecimento prévio, como o questionário socioeconômico, que traz informações pessoais e a condição empregatícia anterior à entrada no curso. Por sua vez, a entrevista tem como objetivo colher informações adicionais sobre essa mulher, como, por exemplo, uma situação de violência doméstica.

Outra ferramenta utilizada é o mapa da vida, que objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que possam ser compartilhadas e registradas, validadas e valorizadas. Por conseguinte, o portfólio é um documento que congrega informações, descreve os conhecimentos, habilidades e competências, incluindo a documentação formal e informal. Ele é desenvolvido para avaliar e certificar os aprendizados prévios e pode ser utilizado como créditos a um curso, programa, trabalho, inclusive, para ser apresentado a um empregador em potencial. Todos esses documentos formam o memorial descritivo dessas mulheres.

O programa, no Espírito Santo, optou por cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com duração entre 160 e 200 horas. Os cursos não tinham uma base curricular padronizada, contudo, giraram em torno de uma base comum, que versara sobre noções gerais de português e matemática, e uma base específica, com disciplinas de cidadania e direito, empreendedorismo, saúde da mulher, relações interpessoais, e disciplinas relacionadas à área do curso selecionado.

Notou-se, entretanto, que os cursos foram escolhidos muito mais em função dos conhecimentos prévios das alunas do que nas possibilidades locais de trabalho, conforme se verifica no quadro 2.

| Cidade | Cursos |
|-----------------|---|
| Alegre e Guaçuí | Artesanato, agroindústria, pintura em tecido, preparado de doces e conservas. |
| Aracruz | Preparo, conservação e congelamento de alimentos, corte e costura. |
| Colatina | Cuidadora de idosos, camareira. |
| Guarapari | Camareira, secretariado, garçonne. |
| Ibatiba | Corte e costura. |
| Muquiriti | Artesão de biojóias. |
| Piúma | Processamento de alimentos, artesanato, preparo de alimentos. |
| Vitória | Gestão e relacionamento com o cliente, recepcionista. |

Quadro 2: Cursos oferecidos pelo IFES no Programa Mulheres Mil entre 2011 e 2014.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se, assim, na oferta dos cursos, que persiste a visão da mulher como organizadora, preparadora, cuidadora, ligada à estética e ao belo, vinculando-a às características da domesticidade, a qual estaria relacionada a um conjunto de emoções sentidas relacionadas à família, à intimidade, à dedicação ao lar, assim como a uma percepção da casa como integradora destes sentimentos (RYBCZYNSKI, 1996).

Logo, as mulheres estariam engajadas em atividades produtivas conectadas aos cuidados e atenção ao próximo, devido a uma produção cultural e material do feminino nos processos de socialização e educação. Dessa forma, o Programa Mulheres Mil, ao optar por cursos relacionados à domesticidade, reafirma e reforça o papel cuidador e reprodutor da mulher no interior de suas tramas discursivas, determinando, assim, a formação de subjetividades femininas conectadas às premissas de cuidado e proteção à família. (CARPENEDO, 2011).

A presente pesquisa também apontou que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado nas famílias das egressas do Programa Mulheres Mil, no Espírito Santo. No entanto, foram encontradas duas situações distintas: na primeira, a mulher cuida sozinha dos filhos e dos afazeres domésticos; na segunda, o homem ajuda no cuidado e nas atividades domésticas, como se percebe nos excertos 1,2, 3 e 4:

1. Sim. Não ajudam em nada (EGRESSA 2).
2. Sim, o marido só ajuda complementando o orçamento, em casa só eu (EGRESSA 3).
3. Sim. Mas meu marido me ajuda em algumas coisas (EGRESSA 6).
4. Sim. Mas meu marido ajuda, no sábado quando ele não está trabalhando, ele ajuda. Ele ajuda com o bebê, mas fica exausto! (EGRESSA 7).

Segundo Haliday e Matthiessen (2004), cada uma das funções de fala se associa com determinada reação do ouvinte, a qual pode ser uma resposta esperada (apoio) ou alternativa (confronto), como se observa nos excertos 1, 2, 3 e 4, por meio do marcador de polaridade “sim”.

Assim, entende-se que, apesar das mudanças nas estruturas familiares e nas relações de gênero nas últimas décadas, as manutenções e as nuances quanto ao tema dos cuidados acompanham as mentalidades históricas, destacando-se às representações relativas às

assimetrias de gênero, sobretudo, com relação à participação masculina nessa abordagem relacional (CAVALCANTI; BARBOSA; CALDEIRA, 2012).

Dessa forma, as mulheres continuam executando os afazeres domésticos, com auxílio de algumas pessoas do sexo masculino. Esses processos são, aqui, evidenciados pelos excertos 3 e 4, por meio do processo material transformativo “ajuda”. Nesse caso, o ator é “o marido” e a beneficiária é “a mulher”, já que as egressas pressupõem que a ajuda é positiva, fato evidenciado pelas relações adversativas marcadas com “mas”.

Nota-se, entretanto, que os maridos ajudam apenas em algumas circunstâncias. As circunstâncias acrescentam significados às orações pela descrição do contexto dentro do qual o processo se realiza. São frequentemente realizadas por grupos adverbiais ou por grupos preposicionais e podem ocorrer livremente em todos os tipos de processos.

Assim, o marido auxilia em “*algumas*” atividades, e “*no sábado, quando não está trabalhando*”, como se observa nos excertos 3 e 4, nos quais os tipos de circunstâncias, em termos de significado, associam-se aos processos, referindo-se à localização de eventos no grau (quanto?) e no tempo (quando?).

Ainda no excerto 4, observa-se que o trabalho produtivo (associado ao mercado), e o trabalho reprodutivo (entendido como um conjunto de atividades realizadas na esfera privativa e familiar) possuem atribuições de valores desiguais, pois a egressa afirma que o marido ajuda quando “*não está trabalhando*”; dessa forma, ela pressupõe que o trabalho é aquele que vincula-se à produção, corroborando a crença na maior valorização do trabalho produtivo em contraposição ao trabalho reprodutivo (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012).

Esse entendimento reforça uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil, e entre a atividade feminina e a atividade familiar doméstica. Logo, as atividades domésticas permanecem invisíveis aos olhos da sociedade, por conseguinte, desvalorizadas (MELO; CASTILHO, 2009).

Diante das práticas sociais relacionadas ao trabalho doméstico, foi perguntado às egressas como percebiam a atuação do homem e da mulher no espaço doméstico:

5. Eu acho que eles devem ajudar. Pra mim não deveria ser a obrigação só da mulher, porque nós também trabalhamos igual, do mesmo jeito que ele chega cansado do trabalho eu também chego, então acho que tem que dividir o serviço de casa também (EGRESSA 2).

6. Acho que deve haver uma divisão, teria que haver uma divisão, tanto no financeiro como no doméstico (EGRESSA 3)

7. Eu acho que o trabalho tem que ser dos dois, eu acho que ele deve ajudar mais em casa (EGRESSA 7).

As percepções das egressas são evidenciadas por meio de orações mentais cognitivas, utilizando-se o verbo “achar” no excertos 5, 6 e 7. As orações mentais trazem o que é sentido, pensado, desejado à consciência da pessoa, entretanto, os excertos aqui representados apresentam uma confusão semântica entre o que deve ser entendido como ajuda e divisão, pois ambas estão presentes nas mesmas orações (*eu acho que eles devem ajudar... então acho que tem que dividir o serviço de casa também*).

Nesse caso, há uma relação particularmente significativa de equivalência entre “ajuda” e “divisão” construída nos excertos 5 e 7, que pode atuar em favor de ideologias que sustentam a permanência de assimetrias de poder no espaço doméstico. Assim, corrobora-se Thompson (2002), no entendimento de que sentidos ideológicos servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Outro aspecto de destaque nas entrevistas são as avaliações, que, segundo Fairclough (2003), são maneiras particulares de se posicionar diante de aspectos do mundo, logo, as avaliações são sempre parciais, subjetivas e vinculadas a processos de identificação particulares, e, portanto, podem envolver posicionamentos ideológicos, atuando em favor de projetos de dominação. As avaliações “são significados identificacionais que podem ser materializados em traços textuais como afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, avaliações afetivas e presunções valorativas” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 121).

Assim, nos excertos 5, 6, e 7, os valores são realizados por meio de afirmações com modalidades deônticas, pois as egressas avaliam os aspectos do espaço doméstico em termos de obrigatoriedade ou necessidade. Nesse caso, essa categoria realiza-se gramaticalmente por meio dos verbos modalizadores (*devem, tem, deve haver, teria que haver, tem que ser, deve*). Dessa forma, segundo o discurso das egressas, os cônjuges deveriam compartilhar e ajudar nas tarefas domésticas e no cuidado, uma vez que ambos atuam no mercado de trabalho.

Estudos realizados na área demonstram que a mulher considerada desfavorecida tem maior dificuldade de negociar a divisão dos afazeres domésticos e do cuidado do que a mulher de classe média, em geral, com maior escolaridade. Quanto menor o preparo e a qualificação da mulher, mais difícil é para elas negociar as tarefas domésticas (SORJ, 2004). A perspectiva de ideologia de gênero, entretanto, defende que não existe uma relação significativa entre a ideologia de gênero da mulher e o tempo que o homem gasta em tarefas domésticas. Assim, as mulheres com uma ideologia igualitária de gênero não parecem ser capazes de persuadir os

seus maridos a aumentarem o tempo gasto em tarefas domésticas (DAVIS; GREENSTEIN, 2009; EVERTSSON, 2014).

A partilha do trabalho doméstico e do cuidado se torna um problema parcialmente discursivo, atrelado à legitimação e reificação das desigualdades de gênero no espaço doméstico. Entende-se, assim, que, ele é hegemônico, na medida em que os homens têm o poder de decisão na divisão dos afazeres domésticos e no cuidado na família. Nesse contexto, portanto, o poder se instala mais pelo consenso do que pelo uso da força.

Nota-se, todavia, que as ordens do discurso, evidenciados nos excertos 8 e 11, são contraditórias, uma vez que ao mesmo tempo em que as egressas 3 e 8 pressupõem que deve haver ajuda e divisão do trabalho doméstico e do cuidado, valorizam a capacidade da mulher de realizar diversas atividades ao mesmo tempo e de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico:

8. A gente mesmo que estraga eles, nós o acomodamos. O meu filho, por exemplo, quer tudo na mão e eu dou, porque eu quero mostrar também que eu dou conta. (EGRESSA 3)

9. (...) com a mulher saindo de casa para trabalhar, eu acho que eles devem ajudar mais em casa. Não só entrar com o dinheiro, mas também nas tarefas, mas como que faz isso entrar na cabeça deles? Mas depois de tantos anos de casamento, às vezes nem são culpa deles, já estão acomodados (EGRESSA 6).

10. Eu tenho a consciência de que ele deveria (envolver-se no trabalho doméstico), mas eu acho que é pelo machismo, porque eles trabalham fora e devem pensar assim “ah isso aí tem que ser coisa de mulher” (...) já tentei sim (convencê-lo a dividir o trabalho doméstico), mas ele sempre diz estar tão cansado, ele acha que o serviço dele é mais estressante do que o meu. (EGRESSA 7)

11. Eu acho que depende muito do horário, também, pois meu marido trabalha fora e chega muito tarde em casa e ele chega caindo de sono. Mas mulher tem suas vantagens porque consegue fazer mil coisas ao mesmo tempo. (EGRESSA 8)

Segundo Sayer (2000, p. 13), “no mundo social, os papéis das pessoas e suas identidades, frequentemente são internamente relacionados, de modo que o que uma pessoa ou instituição é ou pode fazer depende de suas relações com outras”. Dessa forma, nos excertos 8, 9, 10 e 11, percebe-se como as egressas constroem a identificação do homem e de si mesmas no espaço doméstico. Por meio de orações relacionais, a identificação do homem aparece de três maneiras: (1) como cansado; (2) como acomodado; e (2) como machista. Por

outro lado, a identificação das mulheres aparece como: (1) capazes de fazer mil coisas ao mesmo tempo, e (2) capazes de dar conta da dupla jornada de trabalho.

Nesse caso, as mulheres pressupõem que o pouco envolvimento do homem com o espaço doméstico é devido ao cansaço, à acomodação e ao machismo, apontando para a aceitação da situação e, assim, para a omissão das diferenças de poder. Por sua vez, elas também pressupõem que têm algumas vantagens em relação aos homens, sendo uma destas a capacidade de realizar diversas atividades ao mesmo tempo, naturalizada como uma das características femininas.

A naturalização, dessa forma, serve para legitimar as desigualdades entre homens e mulheres no espaço doméstico, concedendo a elas atributos que possibilitam a conciliação entre trabalho remunerado e reprodutivo, dificultando os questionamentos e as mudanças a respeito das desigualdades de gênero, por parte dos cônjuges.

Além disso, cabe questionar como os atores sociais estão representados no espaço doméstico pelas egressas. Os homens aparecem como agentes passivados (afetados) nas orações (*caindo de sono, tão cansado, estão acomodados, exaustos*), enquanto as mulheres são agentes ativados (*consegue fazer mil coisas ao mesmo tempo, eu dou conta*). Ao escolherem, portanto, esses papéis léxico-gramaticais para os homens e para si mesmas no espaço doméstico, as egressas racionalizam o pouco envolvimento do homem no cuidado e nos trabalhos domésticos por meio da aceitação, da normalização e do consenso, legitimando as relações de dominação entre os cônjuges.

Diante da dupla jornada de trabalho das mulheres (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; ÁVILA; FERREIRA, 2014), foi perguntado às egressas se elas pressupunham que a vida familiar é prejudicada quando a mulher também trabalha fora.

12. Eu acho que muitas têm conseguido isso aí (seguir carreira), mas ela tem essa preocupação de ficar muito tempo fora de casa. (EGRESSA 2)

13. Acho que muitas mulheres, sim. Porque acreditam que não irão dar conta, elas acham que se se prenderem muito ao trabalho, não conseguirão e fica com aquela preocupação, então eu acho que a convivência familiar é mais valorizada. (EGRESSA 3)

14. É prejudicada quando sobrecarrega. Mas se conseguir conciliar as duas coisas, acho que vai bem. Mas quando sobrecarrega em uma pessoa, a pessoa sozinha fica chateada com qualquer coisa fica mais alterada com tudo, então não tem sabedoria pra administrar, porque ela fica tão cansada que acaba estourando por pouca coisa. Às vezes eu me sinto assim, como se a mulher não pudesse cansar, eu já até falei com a minha filha uma vez assim “Gente, eu não sou heroína! Eu canso, eu quero sentar, quero assistir uma televisão, quero fazer uma unha, eu preciso de

um tempo, porque as vezes sobrecarrega muito.” ... Eu reclamo, mas não resolve.
(EGRESSA 6)

Nos excertos 12 e 13, por meio de orações mentais cognitivas, as mulheres pressupõem que há uma preocupação com relação ao tempo que elas dedicam ao trabalho assalariado, valorizando mais o tempo destinado à convivência familiar. Por sua vez, o excerto 14 traz uma preocupação com relação à sobrecarga de trabalho, prejudicando o equilíbrio emocional e físico e dificultando o lazer e o descanso.

Há ainda, no excerto 14, um relato perceptivo (*as vezes eu me sinto assim*) do que a egressa sente e deseja, evidenciado também pelas orações mentais desiderativas (*... eu quero sentar, quero assistir uma televisão, quero fazer uma unha, eu preciso de um tempo...*). Esse relato pressupõe que a egressa tende a ocupar aquele que poderia ser seu tempo livre com atividades do tipo doméstico e familiar (SCHOUTEN; ARAÚJO, 2012). Da mesma forma, muitas mulheres, particularmente as mães, vivem uma tensão devido à dupla responsabilidade entre o trabalho remunerado e o trabalho reprodutivo, o que faz, muitas vezes, com que se sintam inadequadas e falhas em ambos os domínios (TÉZLI; GAUTHIER, 2009).

Observa-se, também, que, de acordo com o excerto 14, a conciliação entre ambos os tipos de trabalho é a solução para que a egressa tenha uma fonte de renda e ainda possua uma boa convivência familiar. Para Ávila e Ferreira (2014), todavia, as desigualdades de classe e de etnia entre as mulheres são, historicamente, um determinante da sua inserção na relação trabalho doméstico *versus* trabalho assalariado. O trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres, para as mulheres de todas as classes. Entretanto, há uma desigualdade social histórica na forma de enfrentar essa relação: enquanto as mulheres de classe baixa conciliam o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, as mulheres de classe média e alta delegam essas tarefas para outras mulheres.

Nota-se, portanto, que os tipos de discurso das egressas do Programa Mulheres Mil se articulam com os discursos das políticas sociais brasileiras que valorizam a conciliação entre o trabalho remunerado e o não remunerado das mulheres.

Os discursos, assim, são ideológicos, na medida em que a manutenção da dupla jornada de trabalho da mulher se opera por meio da legitimação, na qual a criação do homem, a sua acomodação e o seu cansaço legitimariam as atitudes relacionadas ao trabalho doméstico. Esse processo de manutenção ocorre, ainda, por meio da reificação, em que uma situação transitória é representada como permanente e natural, uma vez que o pouco envolvimento dos homens é representado, nos discursos, como um fenômeno social

permanente. Igualmente, a capacidade da mulher de realizar múltiplas tarefas é vista como algo natural.

Considerações Finais

Os resultados evidenciaram que, apesar do ingresso intensivo das mulheres no mercado de trabalho, as egressas do Programa Mulheres Mil continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado nas suas famílias.

O III PNPM, por meio de uma única ação (1.3.7), propõe enfrentar as desigualdades no espaço doméstico, promovendo um debate sobre o compartilhamento do uso do tempo e da corresponsabilidade pelas tarefas domésticas. Assim, acredita-se que, uma via importante de discussão e mudança poderia ser por meio do Programa Mulheres Mil; entretanto, percebe-se, pelos resultados da pesquisa, que o programa não conseguiu contribuir de maneira decisiva para a redução das desigualdades que envolvem a divisão do trabalho doméstico entre os cônjuges, haja vista que, mantém e reforça as representações sociais do espaço doméstico associadas às mulheres.

Entende-se que, os resultados encontrados se deve ao fato de que, apesar de o Programa Mulheres Mil, que se insere no III PNPM, incentivar o debate sobre o compartilhamento do uso tempo nos afazeres domésticos, não especifica, no seu projeto, como pretende desenvolver essas ações. Compreende-se que, não é suficiente promover esses debates e formular políticas, sem contestar as normas de gênero, que são reproduzidas no cotidiano das pessoas.

Outro impeditivo, para a equidade de gênero no espaço doméstico, perpassa os papéis associados aos homens e às mulheres nessa esfera, pois eles são representados como agentes passivos e elas, agentes ativos, assim, devem-se considerar, os limites relacionados às políticas públicas frente aos aspectos culturais arraigados historicamente na divisão desigual do trabalho doméstico.

Pressupõe-se que, uma alternativa para a equidade da divisão do trabalho doméstico perpassa a conscientização de ambos os cônjuges, e não apenas das mulheres, pois, de acordo com os resultados, elas continuam a ter dificuldade de negociar essas atividades com os

maridos, devido a naturalização desse universo como feminino, seja pelas crenças e valores arraigados na sociedade, bem como por suas práticas sociais.

Nesse sentido, recomenda-se a reestruturação do programa, principalmente com relação à sua metodologia. O estudo, todavia, corrobora a importância de uma ideologia igualitária de gênero de ambos os cônjuges, de forma que as mudanças não sejam tão árduas e demoradas para toda a sociedade.

Referências

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria B.; FERREIRA, Verônica (Org.). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS CORPO Instituto Feminista Para a Democracia. Recife: Instituto Patrícia Galvão, 2014.

BANDEIRA, Lourdes; PRELURLAN, Renata. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: *Conferência da IATUR-2013*, Rio de Janeiro, 2013.

BARTHOLLO, Letícia. *Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI*. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em demografia) – Programa de pós-graduação em Demografia, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2009.

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: articulações possíveis. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p.129-145, 2014.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p.93-123, 2009.

_____. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos feministas*, v. 20, n.1, p. 259-287, 2012.

CARDOSO, Ana R.; FONTAINHA, Elsa; MONFARDINI, Chiara. Children's and parent's time use: empirical evidence on investment in human capital in France, Germany and Italy. *Springer Science*, v.8, p. 479-504, 2010.

CARPENEDO, Manoela. *Quando a resistência se torna política pública*. Analisando a produção de subjetividade (s) nas políticas públicas de equidade de gênero no campo do trabalho. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-

Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAVALCANTI, Vanessa R. S.; BARBOSA, Claudia de Faria; CALDEIRA, Bárbara Maria dos Santos. Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo. *Estud. sociol.*, v.17, n.32, p.189-204, 2012.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato*. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EVERTSSON, Marie. Gender ideology and the sharing of housework and child care in Sweden. *Journal of Family Issues*, v. 35, n. 7, p. 927-949, 2014.

FAIRCLOUGH, N. *New Labour, New Language?* Londres: Routledge, 2000.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

GAUNT, Ruth. Biological Essentialism, gender ideologies, and role attitudes: what determines parent's involvement in child care. *Springer science*, v. 55, p. 523-533, 2006.

HALLIDAY, Michael A. K. *Introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2015.

JENSON, Jane. Lost in translation: the social investment perspective and gender equality. *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society*, v. 16, p. 446-483, 2009.

_____. Políticas públicas e investimento social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres? *Estud. sociol.*, v.17, n.32, p.87-106, 2012.

LEE, Kristen S. Gender, care work, and the complexity of family membership in Japan. *Gender & Society*, v.24, n.5, p. 647-671, 2010.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, Maria B.; FERREIRA, Verônica (Org). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS CORPO Instituto Feminista Para a Democracia. Recife: Instituto Patrícia Galvão, 2014.

MELO, Hildete P. de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *R. Econ. contemp.*, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.

RYBCZYNSKI, Witold. *Casa. Pequena história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

RUHM, Christopher J. Policies to assist parents with young children. *The future of children*, v. 21, n. 2, p. 37-68, 2011.

SAYER, Andrew. Características-chave do realismo crítico na prática: um breve resumo. *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 6, n. 2, p. 7-32, jul-dez. 2000.

SARAFF, Anjula; SRIVASTAVA, Harish, C. Pattern and determinants of paternal involvement in childcare: an empirical investigation in a metropolis of India. *Springer Science*, v. 29, p. 249-273, 2010.

SILVA, Manuel Carlos. Divisão sexual do trabalho, recursos e poder doméstico: alguns resultados de uma pesquisa em Portugal continental. In: *VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA*, Porto, 2012.

SCHOUTEN, Maria Johanna; ARAÚJO, Emília. O tempo livre em família – uma abordagem de gênero. In: *VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA*, Porto, 2012.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa mulheres da paz. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.

TÉZLI, Annette; GAUTHIER, Anne H. Balancing work and family in Canada: an empirical examination of conceptualizations and measurements. *Canadian journal of Sociology*, v. 34, n. 2, p. 433-462, 2009.

THOMPSON, Geoff. *Introducing functional grammar*. London, 2004.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, v.22, n.2, p. 285-308, 2007.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2016.

Texto recebido em: 24/01/2017.

Texto aprovado em 10/06/2017.